

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ANFIP

Semana tem legalização de jogos de azar na pauta..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restrições na Europa favorecem turismo no Brasil - MERCADO S/A..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O conto das privatizações (Editorial)..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC dos Precatórios e Orçamento na pauta..... 7

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso quer ampliar emendas e fundo..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

PEC 32 está na encruzilhada..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Refis em pauta nacional e local - CAPITAL S/A..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo Bolsonaro e Congresso focam eleição e abandonam reformas..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara vota trechos fatiados da PEC dos Precatórios nesta terça (14/12)..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A sorrateira investida de Bolsonaro contra o Prouni (Artigo)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Igualdade digital depende de mais antenas e menos tributos (Artigo)..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

O Brasil ainda não decola..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Campos Neto terá de explicar em carta a Guedes estouro da meta de inflação..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação preocupa mais que Covid e analistas recomendam investimentos conservadores
..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Poupança volta a pagar 0,5% ao mês - MARCIA DESSEN	30
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A constitucionalização da infâmia (Editorial)	31
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA	
É preciso coragem porque navegar é preciso (Artigo)	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Esforço para recuperar o PIB per capita	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Guedes adota tom de campanha para reverter expectativas	36

Semana tem legalização de jogos de azar na pauta

Deputados analisam hoje requerimento de urgência para votação do texto que pretende regulamentar bingos, cassinos e jogo do bicho

Amenos de dez dias do início do recesso parlamentar, o plenário da Câmara dos Deputados vai analisar hoje o requerimento de urgência para votação do texto substitutivo ao Projeto de Lei 442/1991, sobre jogos de azar, que pretende regulamentar bingos, cassinos, caçaníqueis, jogo do bicho, apostas, entre outras práticas do tipo no país. Cercado de polêmicas, este é o primeiro item previsto para apreciação na sessão deliberativa.

O PL dos Jogos de Azar está parado há 30 anos na Câmara. O requerimento de urgência, por sua vez, aguarda há cinco anos para ser apreciado pelo plenário. O projeto passou a sofrer resistência de integrantes da bancada da bala, que trabalha para modificar o texto e tentar adiar a votação para o ano que vem. Os deputados ligados a setores armamentistas e da segurança pública querem derrubar especificamente a regulamentação dos bingos, mas defendem, por exemplo, a liberação de cassinos e do jogo do bicho. A bancada evangélica, uma das maiores do Congresso, é contra o projeto e tem ajudado a travar a sua tramitação.

O relator do projeto Felipe Carreras (PSB-PE), avalia que a legalização dos jogos de azar no país deve levar à arrecadação de mais de R\$ 65 bilhões por ano, além de contribuir com a geração de cerca de 650 mil empregos diretos. Ele argumenta ser necessário votar o substitutivo o mais rápido possível, tendo em vista que essa versão do texto foi elaborada para atender diretamente o setor turístico, um dos mais prejudicados pela pandemia de Covid-19 no país.

RESISTÊNCIA. Críticos ao projeto afirmam que o vício nos jogos prejudica as famílias e fere valores religiosos. Além dos evangélicos, a liberação dos jogos também enfrenta resistência dos auditores fiscais. A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**), por exemplo, é apoiadora do grupo Brasil Sem Azar, que pressiona contra a liberação das atividades.

No Congresso, os principais articuladores da iniciativa são parlamentares do Centrão ligados ao setor de turismo ou de Estados litorâneos, que possuem

infraestrutura compatível para aplicação de cassinos integrados à resorts. Dados do Instituto Brasileiro de Jogos e Entretenimento Legal mostram que cerca de 200 mil pessoas viajam anualmente ao exterior em busca de casas de jogos de azar.

O relator afirma que a indústria das apostas movimentava mais de R\$ 20 bilhões por ano no país. Estima-se, por exemplo, que 20 milhões de pessoas apostam diariamente no jogo do bicho. "Há algumas questões que precisam ser desmistificadas sobre esse segmento, sobretudo a associação à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo", diz Carreras no substitutivo.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=10184>

Restrições na Europa favorecem turismo no Brasil - MERCADO S/A

de viagens, e/ou em...



AMAURI SEGALLA

A variante ômicron tem atrapalhado os planos de quem pretende viajar ao exterior nas férias de fim de ano, já que diversos países europeus estudam novas

restrições sanitárias. Para as operadoras de viagem, se o cenário está ruim de lado, é melhor apostar em outro: o turismo nacional, que provavelmente será beneficiado pela nova realidade. De acordo com projeções feitas pela Fecomércio-SP, o turismo brasileiro irá faturar R\$ 130 bilhões em 2021, 16% acima de 2020 ? mas ainda 22% abaixo de 2019. A Latam diz que já retomou quase 100% da oferta doméstica de assentos no Brasil em comparação com o período pré-pandemia. A turbulência parece ter passado. A empresa recompôs 55% das vagas de trabalho que foram fechadas no auge da crise do novo coronavírus. Em 2021, cerca de mil pilotos e comissários de bordo foram recontratados. Há vagas em aberto. Em dezembro, a Latam iniciou o processo seletivo para incorporar 127 funcionários da área de manutenção.

Preço das passagens aéreas domésticas dispara

Com a demanda por passagens aéreas domésticas em alta, o mercado aproveita para reajustar os seus preços. Entre setembro e novembro, os bilhetes para destinos no Brasil subiram, em média, 37%, segundo pesquisa realizada pelo buscador de voos Viajalia. Para as companhias aéreas, o aumento da procura não é a principal razão para a escalada dos valores. Elas alegam que a alta do preço do querosene de aviação também pressiona o custo das passagens. Seja como for, é o turista que paga a conta.

Movimento nas estradas da CCR aumenta em dezembro

Se as viagens ao exterior forem adiadas por causa da variante ômicron, o movimento nas estradas brasileiras nas férias de verão provavelmente aumentará consideravelmente. A CCR, uma das líderes no mercado brasileiro de concessão de infraestrutura, registrou o crescimento de 2,9% no tráfego nas rodovias que administra entre os dias 3 e 9 de dezembro, período que deu a largada para a temporada de viagens. Entre as rodovias sob gestão da CCR estão a Presidente Dutra, BR-163 e Castelo Branco.

Bilionários ficam US\$ 1,6 trilhão mais ricos em 2021

Depois de ganhar dinheiro como nunca em 2020, no auge da pandemia, os bilionários mais uma vez

tiveram um ano extraordinário. Em 2021, os 2.600 empresários mais ricos do mundo adicionaram US\$ 1,6 trilhão a suas fortunas, segundo levantamento realizado pela revista americana Forbes. Juntos, eles possuem agora ativos equivalentes a US\$ 13,6 trilhões. O imparável Elon Musk, dono da Tesla e da SpaceX, foi a pessoa que mais enriqueceu. Ele ganhou, até agora, US\$ 110 bilhões em 2021.

R\$ 1,3 TRILHÃO

é quanto a informalidade movimenta por ano no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco) e da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

RAPIDINHAS

» A Aurora da Amazônia Terminais e Serviços assinou com a **Receita Federal** o primeiro aditivo contratual que prorroga por 18 meses o prazo da empresa para iniciar o funcionamento do novo porto seco de Anápolis (GO). O aditivo é um importante passo para a companhia concretizar a execução do contrato, cujo processo de licitação venceu em 2020.

» O resultado da licitação vinha sendo contestado por um concorrente que participou do certame. "O aditivo consolida o resultado de um processo licitatório legitimado pelo poder judiciário, Tribunal de Contas da União e pela própria **Receita Federal**", diz Bruno Moraes, advogado do escritório Gallotti e Associados, que representa a empresa.

» As empresas brasileiras de capital aberto estão em boa posição para superar a crise econômica. Segundo estudo da plataforma financeira Economática, a dívida de curto prazo dessas companhias no terceiro trimestre de 2021 era de R\$ 1,32 trilhão. Trata-se do menor patamar dos últimos vinte trimestres.

» A plataforma de delivery 99Food tem aproveitado bem os novos hábitos de consumo trazidos pela pandemia. De janeiro a novembro de 2021, a empresa registrou 18,7 milhões de pedidos no país, ou 178% a mais do que no mesmo período do ano passado. O número de restaurantes cadastrados cresceu de 50 mil para 113,4 mil.

O conto das privatizações (Editorial)



Em mais um sinal do fracasso e do imprevisto do governo, o presidente Jair Bolsonaro editou decreto para formalizar a retirada da Casa da Moeda do Programa Nacional de Desestatização (PND). A condução do processo relacionado à empresa é exemplar sobre como proceder para não privatizar uma estatal. A Casa da Moeda foi incluída no PND em uma decisão atabalhoada anunciada em agosto de 2019. De maneira simbólica, 17 companhias - número do antigo partido de Bolsonaro - foram escolhidas para serem vendidas ou extintas de uma só vez.

Oficialmente criada em 1973, embora sua história remonte aos tempos do Império, a Casa da Moeda é a única empresa autorizada a fabricar papel-moeda e passaportes no País. Para que fosse privatizada, portanto, seria necessário, primeiro, estudar de que forma esses itens continuariam a ser impressos por outras gráficas no futuro - o que não foi feito, mas não impediu seu ingresso no programa. A medida provisória que retirava esse caráter de exclusividade foi editada em novembro de 2019 e, diante da resistência dos parlamentares ao assunto, perdeu validade em 15 de abril do ano passado.

Este jornal defende a privatização de estatais e sempre cobrou do Estado que priorize suas verbas e atuação em áreas como saúde, segurança, educação e políticas sociais. Para que os processos sejam bem-sucedidos, no entanto, é preciso mais do que palavras e intenções.

Ainda na campanha presidencial, o então futuro

ministro da Economia, Paulo Guedes, prometia vender ativos da União estimados em R\$ 1 trilhão para reduzir a dívida - agora, o objetivo é arrecadar recursos para combater a miséria. Seria bom apresentar resultados antes de renovar a aposta, uma vez que o saldo de privatizações de estatais federais sob controle da União, até agora, é negativo: duas novas foram criadas e nenhuma foi vendida.

Em seus discursos, Guedes costuma se eximir da responsabilidade por não ter conseguido avançar com sua agenda no Congresso. Diz que quem comanda o ritmo das reformas é a política, como se não fosse do governo a tarefa de formar maioria e fazer a articulação.

Somente a privatização da Eletrobras foi aprovada, a um custo da ordem de R\$ 84 bilhões para todos os consumidores em razão dos inúmeros jabutis que integraram a proposta. Tivesse o governo se concentrado nessa empresa desde o início, talvez o balanço final fosse outro, digno de elogio.

Fica como lição para o próximo governo: privatização é um processo que leva tempo e precisa de foco.

Incluir tantas estatais de uma só vez no programa somente serviu para reunir resistências, inclusive dentro dos próprios ministérios.

No caso da Casa da Moeda, basicamente uma gráfica federal cuja venda estava longe de ser prioritária, havia temor, por parte do Ministério da Justiça, de aumento da falsificação dos passaportes. A **Receita Federal** também tinha suas reservas em razão dos selos fiscais emitidos para produtos como cigarros e bebidas, também alvo de fraudes. Alguém acha que valeu a pena comprar essa briga?

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC dos Precatórios e Orçamento na pauta



ISRAEL MEDEIROS

Na reta final dos trabalhos do Congresso em 2021, deputados e senadores se desdobram para aprovar projetos essenciais ao funcionamento da máquina pública no ano que vem e para concretizar planos do governo federal. A bola da vez, agora, é avaliar o Orçamento de 2022 ? ano eleitoral e que terá recursos escassos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) tem de ser aprovado até a próxima sexta-feira, mas há empecilhos que podem atrasar o processo.

O principal desafio da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última semana, foi um impasse envolvendo a relatoria da área temática de Educação. O caso acabou sendo levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) recorreu à Corte questionando a escolha do senador Wellington Fagundes (PL-MT) para a área, já que ela havia sido indicada pelo líder do bloco, senador Lasier Martins (Podemos-RS) ainda em julho.

Thronicke citou o regimento para argumentar que dois parlamentares de um partido não podem ser indicados para a mesma área temática em dois anos seguidos, como é o caso de Fagundes, que foi antecedido pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) no orçamento da educação de 2021.

No fim das contas, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido de liminar feito por Thronicke. Ele entendeu que o tema é um assunto "interna corporis", ou seja, é problema do Parlamento. A resposta definitiva sobre o assunto, portanto, ficará a cargo do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), vice-presidente da comissão, o assunto deve ser discutido pelo próprio Parlamento. Ele não vê, portanto, risco de

o embate atrasar o orçamento. "Isso é um problema do bloco deles (Podemos/PSDB/PSL). Aí, foi tomada a decisão pela presidente da comissão, e acabou, não tem mais o que discutir", sustentou.

Enquanto a decisão de Pacheco não vem, o desconforto continua. Fontes da CMO disseram que, quando a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), se reuniu com os envolvidos para tentar resolver a situação, ainda na quarta-feira, não houve avanço, o que levou Thronicke a apelar ao STF.

Na ocasião, o senador Lasier Martins ? que acusa o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) de ter assinado de forma ilegítima a indicação de Fagundes ? teria se mostrado pouco disposto a conversar e teria, até mesmo, sido deselegante com Rose de Freitas.

Parlamentares classificaram o comportamento de Lasier Martins como "atitudes típicas de marinheiro de primeira viagem", já que os acordos são praxe e compõem a "alma" do Congresso. Os integrantes da CMO, então, decidiram apoiar a continuidade dos trabalhos, com Fagundes na relatoria de educação.

Ao Correio, Martins disse que, mesmo depois da negativa do STF, ele e seus colegas que questionam a designação não desistirão de sua tese de que ela afronta o regimento e cobrarão uma posição de Pacheco. "Vamos, agora, cobrar providências de Rodrigo Pacheco, por ser responsável pelo zelo da Constituição, das leis e das resoluções", pontuou. Ele não quis comentar o episódio da reunião. Rose de Freitas também foi procurada, mas a parlamentar afirmou não querer mais mencionar o assunto.

A depender do posicionamento de Pacheco, a questão pode se estender a ponto de atrasar a votação do Orçamento, já que todos os relatórios devem ser entregues até hoje, e a previsão de que tanto a CMO quanto o Congresso votem o relatório final é para quinta-feira.

Precatórios

Outro assunto referente às contas de 2022 deve ser resolvido esta semana na Câmara. A PEC dos Precatórios foi parcialmente promulgada (leia Saiba Mais) pelo Congresso, graças a um esforço conjunto entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Porém os trechos do texto que foram alterados no Senado ficaram de fora da promulgação porque terão de passar por nova análise dos

deputados. A PEC é a aposta do governo para garantir espaço fiscal e viabilizar o Auxílio Brasil com aumento e tentar recuperar popularidade em ano eleitoral.

Pelo acordo entre as duas Casas, as mudanças feitas pelos senadores serão apensadas a uma outra PEC, já pronta para ir ao plenário da Câmara e que também trata de precatórios. A votação desse texto, com os apensamentos, está prevista para amanhã.

A parte do texto promulgada já garante um espaço de R\$ 64,9 bilhões no Orçamento de 2022. Se o resto do texto for aprovado na Câmara, o total liberado pode chegar a R\$ 106,1 bilhões. Na última quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou ofício ao relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), com novas estimativas de gastos para o ano que vem por causa do cenário econômico esperado para 2022 e da promulgação da PEC dos Precatórios.

Agora, o ministério calcula despesas com o Auxílio Brasil na casa dos R\$ 90,5 bilhões ? R\$ 54,6 bilhões a mais do que o previsto inicialmente ?, com o tíquete médio do programa em R\$ 415. As novas estimativas, no entanto, não contemplam a promessa do presidente Jair Bolsonaro de dar um aumento aos **servidores públicos**, em pleno ano eleitoral, caso a PEC dos Precatórios fosse aprovada.

Há, ainda, a chance de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ler o parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) à **reforma tributária** do consumo. É o que espera o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE). A equipe de Rocha confirma a possibilidade, mas diz que nada foi acordado ainda.

Para André César, cientista político da Hold Assessoria, o ano legislativo está praticamente encerrado e não há mais espaço para quaisquer projetos que não sejam Orçamento e Precatórios. "Não há mais ambiente (para aprovar outros temas), há um cansaço geral, e todos estão de olho nas suas bases para as eleições do próximo ano", disse.

"A **reforma tributária** e a administrativa são duas matérias centrais, e é muito complicado apreciar no final de governo, mesmo porque não há consensos. No caso da tributária, em especial, você tem posições divergentes dos diferentes entes federativos: União, estados e municípios. Cada um defende o seu. Mas ainda há outras questões, setores, o agro, serviços, então, a tributária é muito complicada, tem de ser um arranjo muito bem-feito, que não ocorreu e não vai ocorrer agora."

Fatiamento

Os pontos da PEC dos Precatórios promulgados pelo Congresso foram as mudanças no cálculo do teto de gastos e a possibilidade de os municípios parcelarem, em até 240 meses, dívidas com a **Previdência Social**. Já os trechos com votação adiada foram: o Auxílio Brasil passa a ter caráter permanente, e não mais vigência apenas até dezembro de 2022; todo o espaço fiscal obtido pela União será vinculado ao pagamento do Auxílio Brasil e das despesas da **Seguridade Social** ? Saúde, **Previdência Social** e assistência social; o pagamento dos precatórios referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e as possíveis compensações financeiras entre entes federativos ficam fora do teto de gastos; e a revisão do subteto para pagamento de precatórios será feita em 2026, não mais em 2036.

Ação no Supremo

Na sexta-feira, o PDT entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), no Supremo Tribunal Federal (STF), para que a Corte suspenda os efeitos da PEC dos Precatórios. O partido argumenta que a proposta é inconstitucional - principalmente no que se refere ao parcelamento dos precatórios, dívidas da União reconhecidas pela Justiça - e denota interesse eleitoreiro.

Congresso quer ampliar emendas e fundo

Para elevar a verba do fundo eleitoral e de emendas parlamentares, o Congresso avalia fazer cortes em outras despesas, como no custeio de ministérios. Isso reduz o poder da equipe técnica de cada pasta, pois a escolha de onde aplicar o dinheiro público passa a ter um componente político.

Emenda parlamentar é a forma que deputados e senadores conseguem destinar dinheiro do Orçamento federal para obras e projetos em suas bases políticas. Apesar de emendas serem contabilizadas como parte da verba dos ministérios, o destino dos recursos é indicado pelos parlamentares.

As promessas na largada da campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) pressionam o Orçamento de 2022, que precisa de um rearranjo para haver espaço para mais emendas (de R\$ 7 bilhões a R\$ 16 bilhões) e o maior fundo eleitoral da história (que pode subir de R\$ 2 bilhões para até R\$ 5,7 bilhões).

A estratégia traçada por líderes do Congresso é reduzir as despesas de livre uso de diversos ministérios e também reduzir parte da verba para gastos obrigatórios, como aposentadorias e demais benefícios da **Previdência Social**.

Cronograma

As contas da versão final do Orçamento devem ser feitas às pressas na próxima semana. O Congresso quer aprovar o Orçamento ainda em dezembro para garantir a execução das emendas logo no início de 2022. Em ano de eleição, o prazo para liberação desse dinheiro é mais curto - até julho.

O uso desse dinheiro em ações voltadas para bases de deputados e senadores amplia o capital político dos parlamentares às vésperas do pleito. Por isso, a execução das emendas desperta o interesse dos congressistas já no início de 2022.

Governistas argumentam que emendas são investimentos realizados "na ponta" - obras com impacto direto na vida da população de municípios. No entanto, a engenharia montada para distribuição desses recursos historicamente privilegia aliados de quem está no governo.

No caso de Bolsonaro, esses tipos de acordos ganharam mais corpo a partir de 2020, dando, portanto, mais espaço ao Congresso dentro do

Orçamento. Em troca, o presidente ganhou uma base governista mais fiel.

Um exemplo que mostra a perda de controle do governo sobre recursos do Orçamento é a verba do Ministério do Desenvolvimento Regional voltada para obras de infraestrutura locais, logística e compra de equipamentos e máquinas.

Em 2019, foram reservados R\$ 3,5 bilhões para esses projetos. Desse total, o ministério tinha controle integral sobre R\$ 2,7 bilhões, e o restante era de emendas.

Em 2021, são R\$ 4,6 bilhões previstos, mas apenas R\$ 500 milhões estão totalmente na mão da pasta. A maior parcela passou a ser de emendas.

Hoje existem quatro tipos de emendas: as individuais (a que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso) e as do relator (criadas por congressistas influentes, a partir de 2020, para beneficiar redutos eleitorais).

Já estão garantidos R\$ 16,2 bilhões para emendas individuais e de bancada no Orçamento de 2022 - não há previsão ainda para as de comissão.

Por ser obrigado a liberar essas emendas ao longo do ano, o jogo político nesses casos fica limitado a dar preferência a aliados nos primeiros pagamentos. Aliados de Bolsonaro querem, portanto, turbinar as emendas de relator, instrumento incluído no Orçamento de 2020 pelo Congresso.

Esse tipo de emenda é atualmente a principal moeda de troca em votações importantes e ampliou a base de apoio de Bolsonaro no Congresso. A cifra para 2022 ainda não está acertada entre líderes partidários. O valor máximo é de R\$ 16,2 bilhões. Mas membros do Ministério da Economia e técnicos que elaboram o Orçamento tentam emplacar o valor de R\$ 7 bilhões.

Parlamentares buscam fundo eleitoral de R\$ 5 bi para 2022

Já está na conta do governo que o aumento do fundo de financiamento da campanha eleitoral exigirá a retirada de recursos de outras áreas.

O Congresso quer um valor de R\$ 5 bilhões a R\$ 5,7

bilhões para o próximo ano, mas o Orçamento foi elaborado com uma reserva de R\$ 2,1 bilhões - mesmo nível dos anos anteriores.

Essa articulação une partidos de diferentes espectros políticos, que querem mais dinheiro para a disputa eleitoral.

Articuladores do governo têm deixado as negociações no Congresso fluírem e não se opuseram, até o momento, à intenção dos líderes de elevar o valor do fundo na votação final do Orçamento.

Site: <https://opopular.com.br/digital/13-dezembro-2021/1o-caderno>

PEC 32 está na encruzilhada



Taísa Medeiros

A reforma administrativa do governo Jair Bolsonaro (PL), após idas e vindas, entrou em uma encruzilhada. Há grandes dúvidas se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, de 2020, apelidada de "antirreforma" ou "projeto Frankenstein", ainda tem chances de vingar.

A matéria, que foi aprovada por comissão especial em setembro, está emperrada na Câmara dos Deputados desde então. O texto ainda precisa ser votado no plenário das duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos e ter o apoio de, pelo menos, três quintos dos parlamentares.

Ao longo da tramitação, o texto despertou insatisfações no Congresso, tanto na esquerda quanto na direita. Isso fez com que a oposição utilizasse estratégias, como a de atrasar as votações, para que o tempo hábil para aprovação da proposta já não fosse mais possível. "Nossas estratégias foram eficientes", avalia o deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir).

Batista explica que ao menos quatro artifícios foram utilizados para burlar o andamento da reforma administrativa: o atraso; a demonstração de que o governo estaria tentando "vilanizar o servidor público"; o impedimento de que houvesse um "racha" nas opiniões dos servidores sobre o texto, por conta das diferenças de impacto para cada tipo de concurso; e por último, trazer para perto deputados que costumavam votar com o governo para que publicasse a sua aversão à PEC 32.

Além disso, o deputado destaca que o apoio dos servidores foi essencial no processo. "Foi muito

importante, principalmente produzindo estudos que mostrassem que a PEC não resultava em economia para os cofres públicos, e que não atacava os principais problemas que ela precisava atacar", diz. A ineficiência da proposta, segundo ele, era de que "não tratava dos privilégios, da desigualdade no serviço público e não aumentava a transparência".

Mesmo assim, o deputado reconhece que ainda existe chance do texto voltar ao debate. "Ela pode ser colocada em votação a qualquer momento, e dependendo de como o Arthur Lira (presidente da Câmara) negociar com os deputados sobre as emendas, isso pode acontecer", afirma. Mas ele acha que não há mais clima político. Com a chegada do período pré-eleitoral, as prioridades passam a ser outras: "Os deputados já viraram a chave para o período eleitoral", diz Batista.

Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, atualmente é empresário. Deixou o posto no governo Bolsonaro por não ver o avanço para aprovação da reforma. "Quando eu senti que a reforma não ia avançar, entendi que meu ciclo estava completo", declara.

Ele defende que "a reforma das reformas" deveria ter sido prioridade desde o início do governo. "Não fazer a reforma atrasa muito o país. Faz com que o Brasil continue sendo um dos países com maior gasto no funcionalismo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, uma média de 14%. Economias em desenvolvimento gastam, normalmente, 8%", argumenta.

O ex-secretário também argumenta que a reforma administrativa deveria ter ocorrido antes da tributária. "Antes de discutir a receita, é preciso discutir a despesa. Acho que a janela de oportunidade para aprovar reformas estruturais está se fechando", avalia.

Para o deputado federal Marcelo Brum (PSL-RS), ainda há tempo para aprovar a reforma administrativa antes das eleições. "A reforma é de extrema importância para o Brasil. A proposta do presidente Bolsonaro é a mais justa, contempla a todos. Todos os brasileiros vão ganhar com isso", afirma.

O ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou recentemente que a reforma administrativa é uma tentativa de trazer "modernização, digitalização, maior produtividade e trabalhar com meritocracia" dentro do

segmento.

Questão de justiça

Para o economista Gil Castello Branco, fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas, as mudanças citadas por Guedes só seriam contempladas com uma "reforma justa". "A reforma cogitada pelo ministro não atinge os Três Poderes e o ônus recai, apenas, sobre os servidores do Executivo", destaca.

A reforma administrativa do Executivo enviada ao Congresso pelo governo federal alterava 27 trechos da Constituição e acrescentava outros 87. Dentre os argumentos utilizados pelo governo para a realização de uma reforma estrutural está o montante destinado às despesas obrigatórias que, em 2021, correspondem a 93,7% do Orçamento federal. A folha de pagamento dos **servidores públicos** é a segunda maior despesa obrigatória.

Castello Branco concorda que uma reforma administrativa deve ser feita, mas alerta para alguns problemas que a proposta não resolve. "A reforma administrativa que o Brasil precisa deveria reduzir privilégios existentes não só no Executivo, mas também no Legislativo e no Judiciário, a começar pelos supersalários", defende o economista. Ele ainda destaca que os privilégios do Judiciário praticamente não foram afetados pela proposta que está no Congresso.

A PEC 32 ainda sugere mudanças no tipo de vínculo empregatício. O deputado Israel Batista avalia que, com isso, "a real intenção do governo era que o servidor pudesse ser contratado por processo de seleção simplificada, enfraquecendo o vínculo empregatício entre servidor e estado". Tal característica mudaria as relações de poder. "No momento em que o servidor é concursado, ele tem obediência à lei. Com a reforma, ele teria que trabalhar com a vontade política momentânea. Servidores estáveis são os que têm mais condições de denunciar problemas de gestão", argumenta.

Refis em pauta nacional e local - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A

O Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis) estará na pauta de votação desta semana na Câmara Federal e na Câmara Legislativa. No âmbito local, o projeto de lei do GDF reabre o prazo de adesão estendendo, agora, às dívidas de **impostos** contraídas no período da pandemia, ou seja, nos últimos dois anos. Há uma previsão de que o novo Refis no DF vai renegociar R\$ 3 bilhões e arrecadar R\$ 300 milhões a curto prazo para os cofres públicos. Beneficiará pessoa física e empresas.

Impostos federais

Em nível nacional, o Refis vai permitir a renegociação de **tributos** federais. O prazo para o pagamento do refinanciamento será de 145 meses, e o valor de entrada será de 10% da dívida, pago até em 10 meses. O prazo para adesão ao programa será de 90 dias após a sanção do projeto de lei.

Reforma tributária fatiada

Proposto pelo atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o novo Refis federal é um dos quatro eixos da chamada **reforma tributária** fatiada pelos comandos da Câmara e do Senado, em abril. Os outros projetos desse pacote, como a reforma do Imposto de Renda e a PEC 110, não têm previsão de votação.

Apoio da CNI

Pacheco esteve na semana passada em reunião na CNI, a convite, para tratar da **reforma tributária**. Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, as mudanças na PEC 110 tornariam as empresas brasileiras mais competitivas, tanto na exportação quanto na concorrência no mercado brasileiro com produtos importados. A entidade manifestou apoio ao projeto.

Democracia e vacinação

O presidente da Fibra DF, Jamal Bittar, participou da reunião na CNI. E, durante almoço, com empresários do Lide DF, na semana passada, reforçou a posição do setor em fala direcionada a Pacheco. Enfatizou a necessidade da **reforma tributária** para simplificar a carga sobre o setor já "sacrificadíssimo" e do Refis nacional. Defendeu o respeito aos pilares da

democracia e a vacinação como essenciais para um ambiente econômico de maior confiança no país. Jamal foi também um dos condecorados com a medalha mérito Economia DF pelo secretário André Clemente.

Evento Lide DF

Pacheco foi o convidado palestrante da última reunião do ano do Grupo de Lideranças Empresariais no DF (Lide). Evento ocorreu no Brasília Palace e reuniu 100 representantes do setor. "Em outubro, Pacheco se filiou ao PSD, o partido que levou JK à Presidência da República. E foi anunciado como pré-candidato no Memorial JK.

É um homem conciliador e capaz de trazer estabilidade ao país", destacou Paulo Octávio, presidente do Lide DF.

Sucesso na fabricação artesanal de gelatos

Henrique Leal, 26 anos, e seu sócio, Gustavo Oliveira, 27, são amigos há mais de 11 anos e estão à frente da gestão da Happy Harry, uma gelateria inaugurada em janeiro, na 302 do Sudoeste. Henrique que é formado em gastronomia pelo IEL sempre quis ter o próprio negócio. Ele e o sócio optaram por investir na fabricação de gelato, produto de origem na Toscana (Itália) e que difere do popular sorvete. Um gelato verdadeiro é produzido com insumos naturais de frutas e não pode conter químicos, como aromatizantes e saborizantes.

Plano de negócios

Para abrir, de fato, a empresa, eles procuraram apoio do Sebrae DF para elaborar um plano de negócios, documento fundamental para os primeiros passos de qualquer interessado em ingressar no mundo empresarial. E deu certo.

Expansão

Em média, são comercializados cerca de 400kg de gelato por mês, número que tem estimulado Henrique e Gustavo a pensarem na expansão. "Sabemos que muitos empreendimentos fecham no primeiro de ano de atividade, mas, felizmente, seguimos um caminho diferente, de ascensão", comemora Henrique.

Governo Bolsonaro e Congresso focam eleição e abandonam reformas



O deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Jefferson Rody - 8.dez.21/Agência Senado

Ranier Bragon Danielle Brant

Líderes dos partidos da base governista no Congresso dizem não ter uma agenda de prioridades para 2022, o que representa forte sinal de que o Palácio do Planalto já deixou em segundo plano interesses no Legislativo para concentrar esforços na tentativa de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A última medida significativa aprovada foi a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que abre espaço para o Auxílio Brasil de R\$ 400.

O novo programa turbinado, que substituiu o Bolsa Família -uma marca de gestões petistas-, é tratado por palacianos como mecanismo essencial para tentar reverter a alta rejeição de Bolsonaro e fazer com que ele melhore o desempenho nas pesquisas eleitorais.

Políticos falam, de um modo geral, que a ideia agora é encerrar o ano com a aprovação do Orçamento federal de 2022 e, no próximo ano, tocar a bola de lado com votações de menor monta.

Assim como no Palácio do Planalto, o foco na Câmara e em parte do Senado é a tentativa de reeleição dos próprios congressistas.

Em todo ano eleitoral, é comum o Congresso se esvaziar. É o chamado "recesso branco", que ocorre quando os parlamentares vão para as bases cuidar de campanhas. O movimento, contudo, se dá de forma mais comum no segundo semestre do ano eleitoral. Desta vez, a corrida foi antecipada.

Só do fim de outubro até agora cinco pré-candidatos à Presidência fizeram eventos em Brasília com caráter

claramente eleitoral, com vista à disputa do ano que vem: Rodrigo Pacheco (PSD), Sergio Moro (Podemos), Bolsonaro, Simone Tebet (MDB) e João Doria (PSDB).

Os tucanos também escolheram a capital do país como palco das prévias em que o governador de São Paulo foi escolhido como o nome da legenda para disputar o Planalto em 2022.

No fim do mês passado, a Folha mostrou que o ministro Paulo Guedes (Economia) e equipe ainda tinham esperança de emplacar parte de um minipacote de propostas para tentar reverter ou reduzir a rejeição de Bolsonaro.

Estavam na lista o texto que permite abertura de conta em dólar no Brasil, já enviado para sanção de Bolsonaro, e o projeto que cria a BR do Mar.

Outras propostas mais audaciosas e que faziam parte da agenda liberal de Guedes, como as reformas tributária e administrativa e a privatização dos Correios, devem ficar na gaveta, porém.

Apesar disso, em almoço na sexta-feira (10), Guedes pediu ajuda a empresários para aprovar a reforma administrativa no Congresso, como mostrou o Painel.

No encontro da Esfera Brasil, grupo de reúne empresários, o ministro defendeu que a proposta não fará Bolsonaro perder votos, mas, sim, ajudará a atrair eleitores. Também reclamou de projetos estagnados no Senado, presidido por Pacheco.

Líder do PP, o partido que comanda a coalizão bolsonarista na Câmara, o deputado Cacá Leão (BA) disse que a Câmara terá de montar um conjunto de propostas até abril ou maio, mas não soube dar mais do que um exemplo.

"A gente vai ter que fazer [votações] até abril e maio senão é ruim até para a gente. Na cabeça não veio, não [nenhum exemplo], mas sei que tem uma porrada de matéria, tem o projeto das fake news [concluído na semana passada no grupo de trabalho na Casa], tem uma porrada de coisa que está em fase conclusiva", afirmou.

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo

Barros (PP-PR) também é lacônico. Por meio de mensagens de texto, afirmou que a Câmara vai "avançar nas questões de Estado", que "não envolvem a disputa eleitoral", mas não deu exemplos.

Nos bastidores, congressistas disseram ter recebido até de ministros palacianos a indicação, há alguns meses, de que o governo "virou a chave" em relação às prioridades: da pauta do Congresso para a pauta eleitoral.

Líder do PSB na Câmara, o deputado Danilo Cabral (PE) afirmou ser importante votar no primeiro semestre do próximo ano algumas pautas que não puderam ser deliberadas neste ano, entre elas algumas que envolvem proteção social.

"Existe aí uma expectativa de que a gente vá ter um aprofundamento da crise e o aumento da vulnerabilidade, com uma economia com perspectiva de estagnação", disse.

"Nós precisamos garantir que o auxílio emergencial [Auxílio Brasil], que, na forma como foi apresentada pelo governo, tem prazo para término em 31 de dezembro de 2022, seja discutido e aprovado e instituído como renda básica permanente, da mesma forma que era o Bolsa Família", afirmou Cabral.

O deputado também citou a **reforma tributária** como outro texto importante que precisaria ser analisado no próximo ano, mas reconhece que a proximidade da eleição contamina o debate e inviabiliza a discussão. "Você não consegue avançar, tendo em vista a complexidade do tema em um ano eleitoral."

Já a reforma administrativa perdeu as condições políticas de avançar em 2022, disse Cabral.

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) vê apenas projetos de menor relevância sendo votados no próximo ano. "Nada da agenda do governo deve avançar", disse.

Segundo ele, a antecipação deste clima de eleição ocorre porque o governo já está sem agenda há algum tempo, pensando somente em questões eleitorais.

"De agenda, de reformas, de coisas mais relevantes, o governo já desistiu. O próprio presidente já está mais preocupado em ter um rol de partidos mais amplo para disputar a eleição do que em aprovar alguma coisa no Congresso", disse Kataguiri.

PAUTAS QUE FICARAM EM SEGUNDO PLANO

Privatização dos Correios

O que é:

Proposta permite que serviços postais, inclusive os prestados hoje pelos Correios em regime de monopólio, sejam explorados pela iniciativa privada

Fase de tramitação:

Aval para a medida foi aprovado pela Câmara, mas está parado no Senado

Reforma administrativa

O que é:

Prevê estabilidade a todos os servidores, ainda que com possibilidade de demissão por desempenho insuficiente. Estipula corte transitório de jornada de trabalho em até 25%, com redução de remuneração correspondente em caso de crise fiscal Fase de tramitação:

Aprovada em setembro em comissão especial da Câmara, não tem perspectiva ainda de ir a voto no plenário

Reforma tributária

O que é:

Unifica PIS e Cofins em um novo tributo (a CBS, Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota de 12%, além de reformular as regras do Imposto de Renda

Fase de tramitação:

A proposta de unificação dos **tributos** está parada na Câmara; a do IR também está parada, mas no Senado

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49758&anchor=6447094>

Câmara vota trechos fatiados da PEC dos Precatórios nesta terça (14/12)

Israel Medeiros

Na reta final dos trabalhos do Congresso em 2021, deputados e senadores se desdobram para aprovar projetos essenciais ao funcionamento da máquina pública no ano que vem e para concretizar planos do governo federal. A bola da vez, agora, é avaliar o Orçamento de 2022 - ano eleitoral e que terá recursos escassos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) tem de ser aprovado até a próxima sexta-feira, mas há empecilhos que podem atrasar o processo.

O principal desafio da Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última semana, foi um impasse envolvendo a relatoria da área temática de Educação. O caso acabou sendo levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) recorreu à Corte questionando a escolha do senador Wellington Fagundes (PL-MT) para a área, já que ela havia sido indicada pelo líder do bloco, senador Lasier Martins (Podemos-RS) ainda em julho.

Thronicke citou o regimento para argumentar que dois parlamentares de um partido não podem ser indicados para a mesma área temática em dois anos seguidos, como é o caso de Fagundes, que foi antecedido pelo deputado Zé Vitor (PL-MG) no orçamento da educação de 2021.

No fim das contas, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou o pedido de liminar feito por Thronicke. Ele entendeu que o tema é um assunto interno corporis, ou seja, é problema do Parlamento. A resposta definitiva sobre o assunto, portanto, ficará a cargo do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), vice-presidente da comissão, o assunto deve ser discutido pelo próprio Parlamento. Ele não vê, portanto, risco de o embate atrasar o orçamento. Isso é um problema do bloco deles (Podemos/PSDB/PSL). Aí, foi tomada a decisão pela presidente da comissão, e acabou, não tem mais o que discutir, sustentou.

Enquanto a decisão de Pacheco não vem, o desconforto continua. Fontes da CMO disseram que, quando a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), se reuniu com os envolvidos para tentar resolver a situação, ainda na quarta-feira, não

houve avanço, o que levou Thronicke a apelar ao STF.

Na ocasião, o senador Lasier Martins - que acusa o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) de ter assinado de forma ilegítima a indicação de Fagundes - teria se mostrado pouco disposto a conversar e teria, até mesmo, sido deselegante com Rose de Freitas.

Parlamentares classificaram o comportamento de Lasier Martins como atitudes típicas de marinheiro de primeira viagem, já que os acordos são praxe e compõem a alma do Congresso. Os integrantes da CMO, então, decidiram apoiar a continuidade dos trabalhos, com Fagundes na relatoria de educação.

Ao Correio, Martins disse que, mesmo depois da negativa do STF, ele e seus colegas que questionam a designação não desistirão de sua tese de que ela afronta o regimento e cobrarão uma posição de Pacheco. Vamos, agora, cobrar providências de Rodrigo Pacheco, por ser responsável pelo zelo da Constituição, das leis e das resoluções, pontuou. Ele não quis comentar o episódio da reunião. Rose de Freitas também foi procurada, mas a parlamentar afirmou não querer mais mencionar o assunto.

A depender do posicionamento de Pacheco, a questão pode se estender a ponto de atrasar a votação do Orçamento, já que todos os relatórios devem ser entregues até hoje, e a previsão de que tanto a CMO quanto o Congresso votem o relatório final é para quinta-feira.

Precatórios

Outro assunto referente às contas de 2022 deve ser resolvido esta semana na Câmara. A PEC dos Precatórios foi parcialmente promulgada pelo Congresso, graças a um esforço conjunto entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Porém os trechos do texto que foram alterados no Senado ficaram de fora da promulgação porque terão de passar por nova análise dos deputados. A PEC é a aposta do governo para garantir espaço fiscal e viabilizar o Auxílio Brasil com aumento e tentar recuperar popularidade em ano eleitoral.

Pelo acordo entre as duas Casas, as mudanças feitas pelos senadores serão pensadas a uma outra PEC, já pronta para ir ao plenário da Câmara e que também

trata de precatórios. A votação desse texto, com os apensamentos, está prevista para amanhã.

A parte do texto promulgada já garante um espaço de R\$ 64,9 bilhões no Orçamento de 2022. Se o resto do texto for aprovado na Câmara, o total liberado pode chegar a R\$ 106,1 bilhões. Na última quinta-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, encaminhou ofício ao relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), com novas estimativas de gastos para o ano que vem por causa do cenário econômico esperado para 2022 e da promulgação da PEC dos Precatórios.

Agora, o ministério calcula despesas com o Auxílio Brasil na casa dos R\$ 90,5 bilhões - R\$ 54,6 bilhões a mais do que o previsto inicialmente -, com o tíquete médio do programa em R\$ 415. As novas estimativas, no entanto, não contemplam a promessa do presidente Jair Bolsonaro de dar um aumento aos **servidores públicos**, em pleno ano eleitoral, caso a PEC dos Precatórios fosse aprovada.

Há, ainda, a chance de a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ler o parecer do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) à **reforma tributária** do consumo. É o que espera o líder do governo, Fernando Bezerra (MDB-PE). A equipe de Rocha confirma a possibilidade, mas diz que nada foi acordado ainda.

Para André César, cientista político da Hold Assessoria, o ano legislativo está praticamente encerrado e não há mais espaço para quaisquer projetos que não sejam Orçamento e Precatórios. Não há mais ambiente (para aprovar outros temas), há um cansaço geral, e todos estão de olho nas suas bases para as eleições do próximo ano, disse.

A **reforma tributária** e a administrativa são duas matérias centrais, e é muito complicado apreciar no final de governo, mesmo porque não há consensos. No caso da tributária, em especial, você tem posições divergentes dos diferentes entes federativos: União, estados e municípios. Cada um defende o seu. Mas ainda há outras questões, setores, o agro, serviços, então, a tributária é muito complicada, tem de ser um arranjo muito bem-feito, que não ocorreu e não vai ocorrer agora.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/12/4970273-camara-vota-trechos-fatiados-da-pec-dos-precatorios-nesta-terca-14-12.html>

A sorrateira investida de Bolsonaro contra o Prouni (Artigo)

Frederico Haddad Advogado, é mestre em direito do Estado e doutorando em direito econômico (USP)

Políticas públicas bem-sucedidas, caracterizadas por longevidade e alto impacto social, costumam combinar ao menos dois atributos. De um lado, uma calibragem fina de benefícios e critérios de elegibilidade, que se refletem na constituição de universo coeso de beneficiários (diretos, indiretos e potenciais) que lhes confere legitimidade e suporte político duradouro. De outro, arranjos jurídicos bem desenhados, que acomodem ou neutralizem grupos de interesse contrários, dificultando o exercício de poderes de veto ou posterior desmonte.

Nesses casos, a investida frontal em vista da extinção se complica, levando governos conservadores a iniciativas de desfiguração, retração ou inviabilização gradual das políticas. O Prouni (Programa Universidade para Todos), criado em 2004 pelo governo Lula (PT), e o ataque que lhe desferiu o governo Jair Bolsonaro (PL) a partir da recém-publicada medida provisória 1.075 se enquadram nessa dinâmica.

A Constituição conferiu imunidade às entidades beneficentes de assistência social, incluídas as de ensino superior, em relação ao recolhimento de contribuição para a seguridade. Em 1991, em controle difuso, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a ausência de regulamentação legal do benefício. A corte, contudo, julgou inconstitucionais iniciativas posteriores que buscavam exigir contrapartidas materiais à sua fruição. Assim, até 2004, entidades filantrópicas e empresas lucrativas fantasiadas sob essa roupagem se valiam de arranjo jurídico frouxo, deixando de pagar grandes volumes de **tributos** sem que, no agregado, promovessem ações sociais proporcionais ao benefício.

Em arranjo engenhoso, o Prouni instituiu contrapartidas para que entidades beneficentes de ensino superior seguissem fazendo jus à imunidade e constrangeu falsas filantrópicas a se regularizarem via adesão ao programa. De quebra, as contrapartidas abriram caminho para a massificação de ações afirmativas raciais, o processo de seleção preparou o terreno para a reforma do Enem e a porta de adesão de não filantrópicas potencializou o alcance da política. O programa foi cancelado pelo STF (ADI 3.330) e,

em cerca de 15 anos, mais de 3 milhões de estudantes de baixa renda receberam bolsas de ensino superior -em especial pessoas negras e indígenas egressas da escola pública.

No meio-tempo, foi aprovada a lei 12.101/09, que visou regular a filantropia (incluindo ensino superior) e que, em 2020, foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo. Contrariando entendimento anterior, na ADI 4480, julgou-se que as contrapartidas exigiriam lei complementar. Sem modulação, a decisão criou insegurança jurídica, inclusive para o Prouni. O Congresso reagiu, aprovando o PLP (projeto de lei complementar) 134/2019, de mesmo escopo e ainda pendente de sanção.

No contexto de insegurança, aparece a sorrateira investida de Bolsonaro. De pronto, foram destacadas na imprensa a flexibilização da fiscalização e a inserção de egressos de escola privada não bolsistas entre os beneficiários, distorcendo a calibragem da focalização.

Passou despercebida outra mudança de potencial impacto, a supressão do artigo 10 da lei 11.096/2005. Na prática, se o PLP 134/2019 não for sancionado, serão eliminadas as contrapartidas exigidas para que filantrópicas de ensino superior façam jus à imunidade. Se tornar a adesão facultativa às filantrópicas, Bolsonaro restabelece a frouxidão legal que incentivava empresas a se passarem por beneficentes. Intimidado pelo apoio político ao Prouni, o governo ataca suas bases jurídicas.

A mobilização das forças progressistas é essencial para que mais esse retrocesso seja barrado.

[...]

Em arranjo engenhoso, o Prouni instituiu contrapartidas para que entidades beneficentes de ensino superior seguissem fazendo jus à imunidade e constrangeu falsas filantrópicas a se regularizarem via adesão ao programa. De quebra, as contrapartidas abriram caminho para a massificação de ações afirmativas

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

58&anchor=6447094

Igualdade digital depende de mais antenas e menos tributos (Artigo)

José Bicalho

Um dos legados mais evidentes da pandemia, que ainda atinge países em todos os cantos do mundo, foi o processo acelerado de adoção de soluções digitais. Com as restrições de deslocamentos, foi necessário que pessoas e empresas se adaptassem rapidamente a uma nova forma de viver e operar.

Nesse cenário, a conectividade se insere como elemento cada vez mais fundamental para o bom funcionamento da economia e até para as relações humanas.

No entanto, milhões de brasileiros se encontram hoje distante dessa realidade. Segundo a TIC Domicílios 2020, são mais 12 milhões de casas sem acesso à internet.

A pesquisa ainda revela que o Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro lideram o ranking dos Estados mais conectados, com quase 100% dos domicílios cobertos. Na outra ponta, estão Piauí, Maranhão e Rondônia, com cerca de 75%. Mesmo considerando os serviços móveis, 14% da população diz nunca ter acessado a internet.

Ou seja, são milhares de pessoas que sofrem restrições de acesso à informação, trabalho remoto, educação e todas as demais vantagens oriundas da conectividade. A internet é a forma mais rápida de romper as barreiras de acesso ao conhecimento.

Um dos principais entraves para a expansão da digitalização se refere à dificuldade de instalação de antenas. E sem antenas, não haverá 5G.

Leis municipais defasadas, em alguns casos com até 30 anos, atrasam a implantação da infraestrutura e impedem a cobertura para milhões de brasileiros. A chegada do 5G toma essa questão ainda mais sensível, pois a nova tecnologia demanda uma quantidade de antenas até dez vezes maior que a geração anterior. As antenas de última geração possuem proporções diminutas e sem elas o "mundo mágico" do 5G ficará impossível.

Há bons exemplos a serem seguidos. Porto Alegre, por exemplo, possui lei moderna e o licenciamento de antenas sai automaticamente, na hora, sem

interferência humana. Em outras cidades, pode levar até dois anos. Os prejuízos são evidentes para todos os envolvidos.

Outro fator que dificulta e é preponderante para a desigualdade digital diz respeito à carga tributária extremamente elevada, que supera R\$ 60 bilhões por exercício.

A redução de **impostos** específicos do setor gera um círculo virtuoso para o desenvolvimento da economia. Permite maiores investimentos pelas operadoras, hoje na ordem de R\$ 32 bilhões anuais, que imediatamente impactam setores produtivos e geram mais arrecadação, beneficiando os setores da sociedade. O maior número de conexões e o incremento na qualidade dos serviços contribuem para equilibrar a balança social.

O estudo Inclusão Social e Tributação do Setor de Telecom (em tradução livre), da GSMA, mostrou o caso da Croácia.

Houve uma elevação dos **impostos** em 6% sobre a receita bruta das operadoras e uma consequente queda no volume de chamadas móveis em 4%, impactando as receitas das empresas e levando a uma redução nas despesas de capital. Após a remoção do imposto, houve um aumento de 5% de capital e a retomada do ciclo positivo.

Um dos caminhos mais curtos para melhorar a capacidade de investimentos e promover a igualdade digital refere-se ao alto valor destinado ao Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações). Desde 2001, já foram recolhidos mais de R\$ 65 bilhões em valores históricos, mas menos de 11% foi aplicado na finalidade. Já com a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento para a Indústria Cinematográfica), a situação também é preocupante. No mesmo período foram disponibilizados mais de R\$ 9,5 bilhões pelas operadoras, mas sem o aproveitamento adequado.

É preciso de fato extinguir o recolhimento desse tributo para corrigir nossas jabuticabas tributárias e ampliar o alcance dos serviços de telecom.

Por outro lado, o leilão do 5G possui grande capacidade de melhorar a situação. O edital, ao

contrário dos anteriores, prevê diversas obrigações de cobertura. Entre elas estão o Programa Amazônia Integrada e Sustentável, internet em rodovias federais e escolas públicas, expansão do 4G em localidades que ainda não o possui. Menos outorga significa mais investimento, expansão da conectividade, crescimento e menos desigualdade sociodigital.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49758&anchor=6447101&pd=30ed18f05b301ef4d43c6736ed3f87f4>

O Brasil ainda não decola

Fernanda Strickland

O governo realizou uma série de leilões de concessão de infraestrutura ao longo deste ano, mas isso não foi suficiente para fazer a economia decolar. Especialistas explicam que os investimentos têm retorno a médio e a longo prazos, mas que eles são muito importantes para garantir o crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, que entrou em recessão técnica após dois trimestres negativos. Além disso, lembram que os valores ainda não são suficientes para eliminar os gargalos do setor de transportes.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura (MInfra), o setor público não tem apresentado capacidade de fazer os investimentos necessários e, por isso, realiza os leilões para atrair o capital privado. O maior objetivo do governo com programa de concessões é melhorar a qualidade de vida das pessoas, porém essa melhoria só é possível a médio e longo prazo, segundo a pasta.

O plano de concessões do governo, de 2019 até 2022, tem a previsão de atrair R\$ 250 bilhões em investimentos que seriam cruciais para a retomada da economia pós-pandemia, de acordo com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

Em evento do setor realizado há três semanas, Freitas informou que foram realizados, desde o início do governo Jair Bolsonaro (PL), 79 leilões no setor de transportes, envolvendo portos, aeroportos, rodovias e ferrovias. Ao todo, esses projetos somam pouco mais de R\$ 90 bilhões em investimentos contratados e são capazes de gerar 1,2 milhão de novos postos de trabalho nos próximos anos, de acordo com o ministro. "Houve a transferência à iniciativa privada de 34 aeroportos, 33 arrendamentos portuários, 99 autorizações para terminais privados, seis ferrovias e seis rodovias", disse Freitas. Ele vem prometendo R\$ 260 bilhões em novos contratos até o fim do ano que vem.

Na opinião de Venilton Tadini, presidente-executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), apesar dos leilões em curso, o país ainda investe pouco em infraestrutura. "Temos dois movimentos. Em uma frente, o investimento privado, que está mais dinâmico e crescendo com a realização dos leilões de concessão e PPPs (Parcerias Público-Privadas) e também iniciativas de desestatização. Do outro lado, temos o investimento público, decrescente nos últimos anos", explicou, lembrando que os governos estaduais também realizaram concessões

importantes, como na área de saneamento.

"Na área federal, os investidores privados assumiram compromissos de investir em rodovias federais importantes e também nos aeroportos que eram operados pela Infraero. Somente nestes casos, o compromisso de investimentos supera R\$ 30 bilhões ao longo do período dos contratos", comentou o presidente da Abdib.

Tadini destacou que é muito difícil recuperar o atraso. "O fato, no entanto, é que a curva de investimentos em infraestrutura permaneceu estagnada nos últimos anos. O patamar está ainda baixo, insuficiente diante das necessidades de aportes anuais", observou Tadini. Ele explicou que, desde 2016, a soma dos investimentos públicos e privados realizados na infraestrutura brasileira, em números atualizados, está, em média, na faixa de R\$ 130 bilhões por ano. "Mesmo com o dinamismo do setor privado, é preciso recuperar a capacidade do poder público de investir para voltar a contribuir para expandir e modernizar a infraestrutura", lamentou.

Frederico Flósculo, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), avaliou que a prática dos leilões de infraestrutura pode ser muito vantajosa para a sociedade e para as empresas, porque desburocratiza oportunidades para que empresas privadas possam entrar nesse mercado especial do serviço público, aumentando a competição e barateando custos. Ele destacou também que, além de fazer os leilões, é preciso que o governo também providencie uma análise sobre o resultado dessas concessões, a fim de avaliar os impactos, pois as autoridades precisam prestar contas dessas medidas. "De um modo geral, esses leilões podem ser uma coisa muito boa para economia, mas, na verdade, a transparência é praticamente nenhuma, porque nunca se sabe o que realmente acontece depois do leilão", explicou.

Luciano Machado, engenheiro civil e sócio da MMF Projetos, citou como ponto positivo o leilão, como o da Nova Dutra, que inclui trecho da Rio-Santos entre Rio de Janeiro e Ubatuba (SP). A vencedora foi a concessionária CCR, que renovou a concessão pagando uma outorga de R\$ 1,77 bilhão. "O investimento da CCR, será de R\$ 15 bilhões no total, mas será feito durante 30 anos", disse.



<p> 34 aeroportos concedidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nordeste: Recife/PE; João Pessoa e Campina Grande/PB; Maceió/AL; Aracaju/SE; e Juazeiro do Norte/CE • Centro-Oeste (MT): Várzea Grande (Cuiabá), Alta Floresta, Rondonópolis e Sinop • Sudeste: Vitória/ES e Macaé/ RJ 	<p>Investimentos: R\$ 9,62 bilhões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sul: Curitiba/PR, Foz do Iguaçu/PR, Londrina/PR, Bacacheri em Curitiba/PR, Navegantes/SC, Joinville/SC, Pelotas/RS, Uruguaiana/RS e Bagé/RS • Norte I: Manaus/AM, Tabatinga/AM, Tefé/AM, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC e Boa Vista/RR • Central: Goiânia /GO, Palmas/TO, São Luís/MA, Imperatriz/MA, Teresina/PI e Petrolina/PE
<p> 33 terminais arrendados</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 em Cabedelo/PB (AE10, AE11 e AI01) • 1 em Vitória/ES (VIX30) • 5 em Belém/PA (BELO2A, BELO2B, BELO4, BELO8 e BELO9) • 2 em Vila do Conde/PA (VDC e VDC12) • 4 em Santos/SP (STS20, STS13A, STS14, STS14A e STS08A) • 2 em Paranaguá/PR (PAR01 e PAR12) • 2 em Aratu/BA (ATU12 e ATU18) 	<p>Investimentos: R\$ 4,1 bilhões</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 em Maceió/AL (MAC10 e MAC13) • 2 em Mucuripe/CE (MUC 01 e MUC02 Terminal pesqueiro) • 4 em Itaqui/MA (IQ103, IQ111, IQ112, IQ113) • 1 em Pelotas/RS (PEL01) • 1 em Santana/AP (MCP02) • 1 em Salvador/BA (SSD09) • 1 em Areia Branca/RN (TERSAB) • 1 em Imbituba/SC (IMB05)
<p> 6 ferrovias</p> <p>2 concessões, 3 renovações e 1 investimento cruzado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concessão Ferrovia Norte-Sul (FNS) • Renovação Rumo Malha Paulista (RMP) • Renovação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) 	<p>Investimentos: R\$ 28,82 bilhões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renovação da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) + FICO • Concessão da Ferrovia Oeste-Leste (FIOL I)
<p> 6 rodovias concedidas</p> <ul style="list-style-type: none"> • BR-101/290/386/448/RS (RIS) • BR-364/365/GO/MG • BR-101/SC 	<p>Investimentos: R\$ 37,3 bilhões</p> <ul style="list-style-type: none"> • BR-153/080/414/GO/TO • BR-163/230/MT/PA • BR-116/101/SP/RJ (Dutra)

Campos Neto terá de explicar em carta a Guedes estouro da meta de inflação

Eduardo Cucolo

Nos últimos meses, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem visto a postura da instituição no combate à **inflação** ser questionada por parte do mercado financeiro.

Responsável por levar a taxa básica de juros (Selic) à mínima histórica de 2% ao ano em 2020, a gestão atual se coloca agora como protagonista de um dos movimentos de aperto monetário mais intensos da história do regime de metas de **inflação**, implantado em 1999 -sem alcançar ainda o efeito necessário.

Nesta sexta-feira (10), o IPCA, índice oficial da **inflação**, alcançou 10,74% nos 12 meses encerrados em novembro. O resultado do ano ficará muito acima da meta definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), que foi de 3,75%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Pela lei que rege o sistema de metas, Campos Neto terá de enviar no início de 2022 - após a divulgação do IPCA do ano- uma carta ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para explicar por que a **inflação** está fora da meta, detalhar procedimentos para ajustar o rumo e definir prazo em que isso será cumprido.

Na atual gestão, o executivo vindo do Banco Santander também passou por uma mudança importante em sua posição no governo. Em abril deste ano, foi nomeado para o mandato de presidente da instituição até 2024, dentro da nova legislação que dá autonomia ao BC e prevê mandatos fixos para seus diretores.

Com a mudança, perdeu o status de ministro de Estado, mas ganhou a possibilidade de ficar frente da autoridade monetária até o final do segundo ano do próximo governo, seja quem for o eleito em 2022.

O presidente do BC também se viu recentemente em meio a duas polêmicas, uma delas envolvendo críticas à condução da política monetária.

Em outubro, surgiu a revelação de que ele e o ministro da Economia mantêm empresas em paraísos fiscais, o que gerou uma apuração preliminar arquivada pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

No mesmo mês, a gravação em um evento fechado do BTG Pactual mostrou o dono do banco, André Esteves, relatando um diálogo com Campos Neto, ocorrido um ano antes, sobre limite de queda dos juros.

"Eu me lembro que os juros estavam amanhecendo a uns 3,5% e o Roberto me ligou para perguntar: "pó, o que você está achando, onde você acha que estão lowerbound [limite inferior]?" Eu falei, "olha, Roberto, eu não sei onde é que está, mas eu estou vendo pelo retrovisor, porque a gente já passou por ele." Em algum momento a gente se achou inglês demais e levou esse juros a 2%", disse Esteves.

A narrativa repercutiu negativamente, e o BC afirmou que membros da diretoria "mantêm contatos institucionais periódicos com executivos de mercados regulados e não-regulados para monitorar temas prudenciais que possam ameaçar a estabilidade do sistema financeiro e/ou para colher visões sobre a conjuntura econômica".

A opinião de André Esteves sobre o BC ter passado do ponto não é um caso isolado, mas também não é consenso entre economistas.

Como mostrou a Folha, o Brasil seguiu o movimento mundial de redução dos juros em resposta à pandemia em 2020 e foi um dos primeiros a rever a política, em março de 2021, quando a **inflação** disparou. Agora, já se destaca com o maior choque de juros em quase 20 anos.

O índice de preços no Brasil avançou bem mais do que no exterior e deixou o país entre os três com **inflação** acima de 10%, considerando as economias avançadas e emergentes mais relevantes. Uma análise dos comunicados do Copom (Comitê de Política Monetária) e discursos do presidente do BC e de diretores mostra que a queda dos juros foi acompanhada pela redução nas projeções de **inflação**, tanto da instituição como do mercado.

As expectativas de **inflação** começaram a subir de forma significativa em dezembro do ano passado, mas o BC argumentou que ainda estavam abaixo da meta de 3,75% para 2021. No final de janeiro, se aproximaram mais desse patamar, e o BC sinalizou que poderia elevar os juros em breve.

Na reunião seguinte do Copom, no final de março, as estimativas do BC já estavam próximas ao limite de 5,25% -o mercado ainda estava um pouco mais otimista com a inflação-, o que levou a instituição a começar o ciclo de alta de juros com um aumento de 0,75 ponto percentual na Selic.

Desde então, o BC prometeu várias vezes manter o ritmo de alta, mas acelerou o passo em dois momentos, levando a taxa rapidamente para os atuais 9,25% ao ano -com expectativa de um novo aumento de 1,50 ponto percentual em janeiro do ano que vem e outra alta em março, o que levará a Selic para mais de u% ao ano.

A avaliação do Copom sobre o nível de juros adequado também mudou rapidamente em seus comunicados, acompanhando a escalada dos preços: era necessário estímulo extraordinário em janeiro, algum estímulo nas reuniões seguintes, patamar neutro em junho, acima do neutro em agosto e contracionista a partir de setembro.

A discussão mais recente é se haveria algum exagero na postura atual da instituição, dada a estagnação da economia e a defasagem entre a alta dos juros e seus efeitos.

Em grande parte, a diferença entre a alta da inflação no exterior e no Brasil é atribuída a uma questão na qual Campos Neto ganhou protagonismo neste ano: a política fiscal.

O presidente Bolsonaro e o Congresso, com aval do ministro da Economia, tentam encontrar espaço para aumento de despesas no ano eleitoral. O Congresso promulgou a parte da PEC dos Precatórios que muda o cálculo do teto de gastos-os artigos que tratam do calote nessas dívidas ainda estão em análise no Congresso.

Desde que o rompimento do teto se tornou fato, o cenário econômico se deteriorou significativamente, conforme anotado pelo próprio BC, ao afirmar que "recentes questionamentos em relação ao arcabouço fiscal elevaram o risco de desancoragem das expectativas de inflação".

Em suas apresentações, Campos Neto costuma utilizar um gráfico que mostra a queda da Selic desde a implantação do teto de gastos e da redução dos subsídios aos juros do BNDES, mudanças adotadas no governo Michel Temer.

O executivo também ressalta sempre os trechos dos comunicados do Copom sobre a necessidade de manter as contas públicas sob controle-e ancoradas

no teto de gastos- para que seja possível evitar aumentos maiores de juros.

Chamou a atenção do mercado neste segundo semestre a diferença entre o discurso de Campos Neto e Paulo Guedes sobre a questão. Enquanto o ministro diz que o fiscal não está fora de controle, o presidente do BC afirma que o dano causado pela implosão do teto já é permanente, ao criar uma incerteza que impactou o dólar, a inflação e as expectativas de crescimento.

"O governo tem de passar uma mensagem responsável sobre qual será a trajetória fiscal daqui para frente", disse Campos Neto em agosto deste ano, afirmação que não foi bem recebida pelo governo. Posteriormente, o presidente do BC amenizou o tom e passou a incluir em suas apresentações gráficos que mostram melhora nos indicadores das contas públicas.

Na época, circulou a informação de que Bolsonaro teria se arrependido de dar autonomia ao BC, o que foi negado pelo Palácio do Planalto. A inflação é uma das questões que mais preocupam os planos de reeleição do presidente atualmente. O presidente do BC chegou a ser aconselhado a não ir a eventos com políticos que integram o governo Bolsonaro.

Campos Neto também adotou um discurso sobre vacinação que destoava do restante do governo, ao ser um dos primeiros ocupantes do alto escalão a divulgar imagem do momento em que tomou a primeira dose - havia ministros que preferiram esconder do presidente que tinham se vacinado.

Na época em que foi indicado por Bolsonaro para o mandato fixo no BC, ele chegou a ser cotado para o cargo de ministro da Economia, diante do enfraquecimento de Guedes, que segue na função até hoje.

Críticas à postura do Copom não são novas e algumas vezes partem de integrantes do próprio governo, como aconteceu nas gestões de Arminio Fraga (1999-2002) e Henrique Meirelles (2003-2010) -o vice-presidente José Alencar Gomes da Silva (1931-2011) era um desses críticos no governo Lula.

Alexandre Tombini (2011-2016), por outro lado, era visto pelo mercado como um dirigente sujeito às interferências políticas da então presidente Dilma Rousseff. Seu sucessor, Ilan Goldfajn(2016-2018) também foi questionado por não ter cortado mais os juros no final do governo Michel Temer, quando a economia patinava após a recessão de 2014-2016.

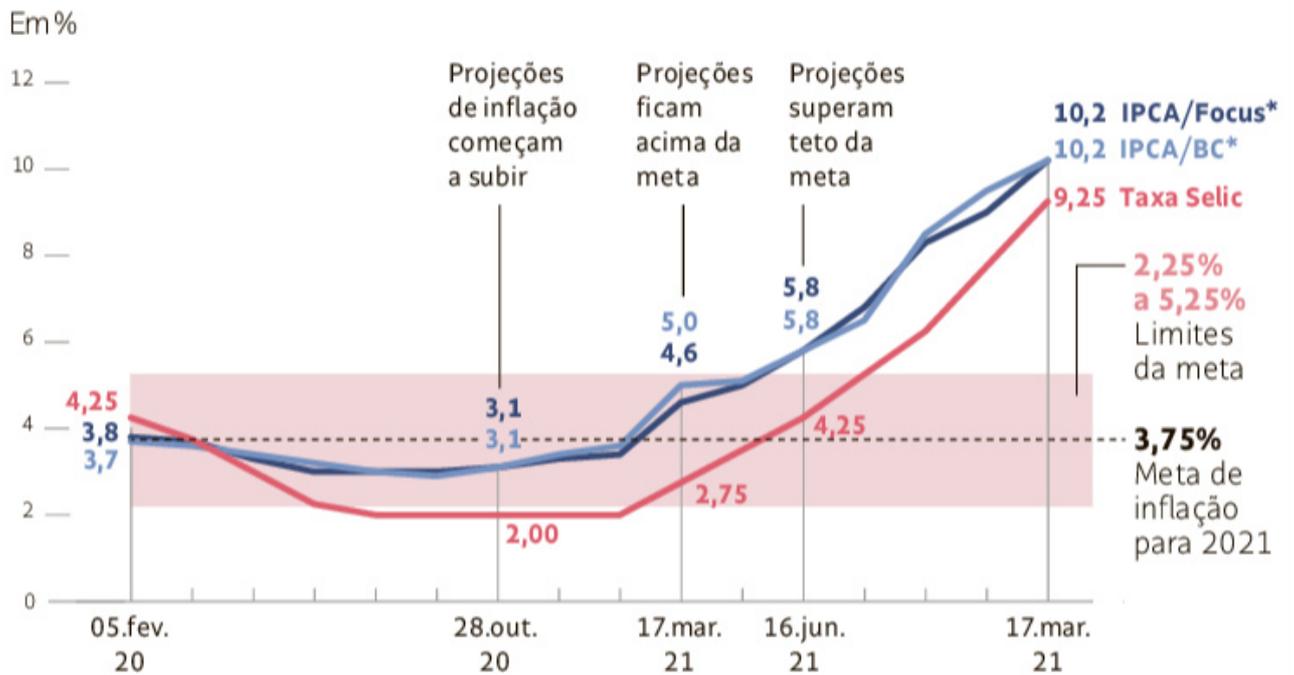
Todos os comandantes do BC desde 1999 já tiveram de justificar o descumprimento da meta. Campos Neto

se juntará à lista e tentará não repetir o feito por dois anos seguidos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49758&anchor=6447101&pd=30ed18f05b301ef4d43c6736ed3f87f4>

Copom iniciou alta de juros quando projeções de inflação superaram a meta



*Projeções divulgadas nos comunicados do Copom | Fonte: Banco Central

Inflação preocupa mais que Covid e analistas recomendam investimentos conservadores

Clayton Castelani

A variante ômicron do coronavírus derrubou bolsas pelo mundo ao fazer o mercado lembrar que não é possível descartar o risco de uma nova paralisação da economia. Mas, após sinais de que a cepa pode ser menos letal, a **inflação** persiste como efeito mais preocupante da pandemia para as finanças, dizem analistas.

Desabastecimentos provocados pela desorganização das cadeias de suprimentos nas fases mais agudas da crise sanitária global devem seguir pressionando preços e juros ao longo de 2022.

Mantido o cenário de **inflação**, uma medida prudente é manter investimentos mais concentrados na renda fixa, mas sem desprezar oportunidades nos mercados de risco. Diversificação e cautela serão palavras frequentes no vocabulário de quem pretende se preparar para um ano que promete muita volatilidade.

Análises de infectologistas e virologistas sobre os rumos da pandemia passaram a fazer parte das leituras e diálogos diários de Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Group, principalmente após o surgimento da ômicron.

É com base nessas análises que ele avalia que o mercado provavelmente deixará o vírus de lado em 2022. "A preocupação sobre os preços dos ativos será muito mais voltada ao processo inflacionário que está ocorrendo em praticamente todos os países", diz.

Ativos imobiliários são opções do gestor em períodos de volatilidade. "Entre os ativos reais, os imobiliários estão muito descontados e, ao mesmo tempo, tendem ao bom desempenho em ambientes de crescimento econômico ou quando a taxa de juros para de subir", diz.

Oscilações no câmbio também são mais do que esperadas em 2022, quando a temperatura da política tende a subir ainda mais com a disputa pela Presidência da República. Na composição da carteira, ativos ligados a moedas fortes serão um trunfo. "Sugiro ao menos duas mas o ideal é ter três: dólar, euro e iene", diz Miraglia.

Também considerando um cenário de **inflação** em

alta, Rachel de Sá, chefe de economia da Rico, destaca ações de empresas ligadas ao setor de commodities. Com ativos reais e receitas dolarizadas, essas companhias "podem ser ótimas alternativas para uma carteira diversificada", diz a analista.

As curvas de juros futuros apontam para taxas de dois dígitos nos próximos anos e, por isso, tomam certas apostas em títulos pós-fixados de curto prazo atrelados à Selic.

Investidores avessos a oscilações podem destinar até 90% da carteira a ativos de renda fixa, aconselha Jansen Costa, sócio da Fatorial Investimentos.

"A oscilação é o que está matando os investidores, mas com os juros chegando a dois dígitos, o conservador vai ganhar dinheiro", diz Costa.

Para a parte restante da carteira, a distribuição da renda variável em ações de empresas brasileiras e do exterior, além do dólar, tendem a amenizar o sobe e desce do mercado. "Quando o dólar cai, a Bolsa sobe, então isso acaba neutralizando", comenta.

A expectativa de manutenção da abertura da economia e de normalização do consumo coloca alguns dos setores mais descontados na pandemia como boas opções no mercado de ações, segundo Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos.

"Com a reabertura, a estratégia deve considerar ações dos setores ligados à logística, locadoras de veículos, empresas de viagens e companhias aéreas", diz. "O setor de saúde também, pois as pessoas voltarão a realizar cirurgias eletivas." Empresas de varejo, porém, ainda são consideradas arriscadas, pois são sensíveis a eventuais fechamentos necessários para conter novas ondas da Covid e ao aumento da **inflação** e dos juros. "Precificou-se um cenário muito benigno para essas empresas", diz Borsoi.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49758&anchor=6447101&pd=30ed18f05b301ef4d43c6736ed3f87f4>

Poupança volta a pagar 0,5% ao mês - MARCIA DESSEN

MARCIA DESSEN

O Copom determinou um novo aumento de 1,5 ponto percentual, e a Selic subiu para 9,25% ao ano. Assim, o gatilho da rentabilidade da poupança foi acionado e o investidor voltará a ser remunerado por uma taxa prefixada de 0,5% ao mês, mais a variação da TR, que está zerada desde 2018.

Recordando a regra: o gatilho é Selic de 8,5%; se igual ou superior a 8,5%, a rentabilidade será de 0,5% ao mês mais TR; se inferior a 8,5%, será de 70% da Selic.

Esse é um cenário ruim para os investidores da poupança, já que a rentabilidade prefixada equivalente a 6,17% ao ano é pouco competitiva perante a taxa básica de juros, que se encontra em trajetória ascendente em razão da inflação, também crescente.

O que complica ainda mais a competitividade da poupança é que a Selic deve se manter em patamar de dois dígitos, acima de 10% ao ano, por um bom tempo. Quanto mais tempo perdurar esse cenário, menos competitiva será a rentabilidade da poupança em relação a outros produtos de renda fixa, tão conservadores quanto a poupança.

Um CDB-DI (Certificado de Depósito Bancário), por exemplo, pode remunerar 100% (ou mais) do CDI, com liquidez diária e garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos), mecanismo que também garante os depósitos em poupança. Mesmo depois do Imposto de Renda, os rendimentos líquidos do CDB serão superiores aos da poupança.

Um exemplo numérico para conferir, supondo o CDI igual à Selic e estável em 9,25% ao ano. Em 12 meses, após IR de 17,5%, o CDB pagará rentabilidade líquida de 7,63%, ante 6,17% da poupança.

Se o provável cenário de novo aumento na Selic ocorrer na próxima reunião, a Selic (e o CDI) subirá para 10,75% ao ano, aumentando significativamente a diferença em relação à poupança, que permanecerá prefixada em 6,17% ao ano.

Além das aplicações em depósitos bancários, os investidores podem avaliar investir em títulos públicos federais, que, apesar de não serem protegidos pelo

FGC, são considerados livres do risco de crédito.

No portal do Tesouro Direto, o investidor encontra algumas alternativas. O Tesouro Selic remunera 100% da taxa Selic, sendo a opção mais adequada para os investidores conservadores com baixa tolerância ao risco de oscilação de preços.

Quem gosta de saber exatamente quanto vai ganhar, disposto a esperar o vencimento do título para garantir a remuneração contratada, pode se interessar pelo Tesouro Prefixado 2024, por exemplo, que oferecia rentabilidade ao redor de 11% ao ano na semana passada.

Quem tem horizonte mais longo e tem o objetivo de proteger o capital contra a inflação talvez se interesse pelo Tesouro IPCA+ 2026, um título que corrige o valor aplicado pela variação do IPCA e acrescenta uma taxa real de juros, na faixa de 4,90% ao ano, aos investidores que podem esperar a data do vencimento do título.

E não se trata apenas de ganhar mais do que a poupança, mas de defender o capital contra a inflação, que continua muito alta. Quem permanece na poupança deixa de ganhar mais e perde poder de compra para a inflação de 10,74% acumulada em 12 meses (até novembro).

As expectativas registradas no relatório Focus do Banco Central sugerem que a Selic permanecerá elevada, com dois dígitos, durante todo o ano de 2022. Significa que a perda dos investidores que permanecerem na poupança não será passageira.

Esse contexto merece a reflexão e, quiçá, a decisão de investir ao menos parte do capital em ativos mais rentáveis e não especulativos, respeitando o perfil conservador dos investidores que buscam na poupança um lugar percebido como seguro. Não contra a inflação...

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49758&anchor=6447101&pd=30ed18f05b301ef4d43c6736ed3f87f4>

A constitucionalização da infâmia (Editorial)



O Congresso promulgou parte da PEC dos Precatórios.

Convenientemente, foi deixada de fora a emenda aprovada pelo Senado que vincula os espaços fiscais adicionais exclusivamente a gastos sociais. O heterodoxo "fatiamento" coroa a manobra que nasceu antirrepublicana não só nos meios, como nos fins.

Consolidou-se, não apenas no Planalto e no Congresso, mas em parte da opinião pública, a ideia de que o teto de gastos era um fetiche liberal insustentável.

Ironicamente, posicionar-se contra a PEC do presidente que outrora vilanizava sistematicamente os programas de assistência social equivaleria a ser antipobre.

Era preciso escolher o mal menor: ou o calote e a pedalada ou o abandono de milhões à miséria. Essa narrativa foi desmentida reiteradas vezes pelos especialistas em contas públicas.

Não é apenas que o governo tenha negligenciado desde o princípio promessas obtusas da campanha que poderiam ter aliviado os pobres ou gerado espaço fiscal, como a implementação de uma tributação mais progressiva ou uma reforma administrativa que tornasse a máquina pública mais eficiente e menos onerosa. Nem que tenha ignorado propostas parlamentares projetadas para compatibilizar novos gastos sociais com a sustentação do arcabouço fiscal,

como a PEC 182/19 ou o Projeto de Lei de Responsabilidade Social.

O fato é que mesmo depois da pandemia, o governo ignorou pelo menos quatro alternativas sugeridas por sua própria equipe econômica para viabilizar o Auxílio Brasil sem furar o teto: revisar as despesas com abono salarial, com o seguro-desemprego, com o seguro-desemprego ou com subsídios fiscais.

A Instituição Fiscal Independente do Senado apontou que seria possível dobrar o valor dos auxílios fixados na proposta do Orçamento de 2022 com cortes nas despesas de custeio, a correção da contabilização dos precatórios do Fundef/Fundeb e o direcionamento de metade das emendas parlamentares para o social.

Os senadores José Aníbal (PSDBSP), Oriovisto Guimarães (Podemos- PR) e Alessandro Vieira (Cidadania- SE) apresentaram emendas que garantiriam R\$ 99 bilhões ao social, podendo beneficiar 21 milhões de brasileiros com R\$ 400 por mês.

Há gente séria pensando no País. Todas essas propostas permitiram robustecer expressivamente os gastos sociais ao abrigo do teto. Mas justamente esse era o inconveniente. O teto foi projetado para forçar a arena política a debater e a avaliar sistematicamente os gastos públicos. Mas isso atenta contra os propósitos do governo e seus aliados fisiológicos: ampliar despesas sem economizar um centavo.

Ao contrário, a pretexto de ajudar os pobres, o dinheiro dos cofres públicos e aquele "poupado" com o calote aos credores dos precatórios servirão para bancar, em ano eleitoral, mais emendas parlamentares (algumas tão escusas que chegaram a ser suspensas pelo STF), fundos partidários e eleitorais, benefícios corporativos (como bolsa-caminhoneiro) ou aumentos ao funcionalismo.

Com o teto despedaçado, o céu é o limite.

A PEC constitucionalizou não só o descumprimento de sentenças judiciais, mas, como disse o senador José Serra, o princípio do "orçamento-ficção".

Com a nova regra de cálculo da **inflação** (de janeiro a dezembro), o limite de gastos anual será determinado com base em estimativas. Os Orçamentos passarão a ser aprovados ao sabor de especulações. A cada ano, uma nova bomba fiscal.

Ao constitucionalizar a subversão da ordem jurídica e consagrar a irresponsabilidade fiscal, a PEC impacta a credibilidade e a segurança jurídica do País, hipotecando seu futuro. A fatura não tardará a chegar e parte já está sendo paga. A bola de neve dos precatórios pode criar um passivo de R\$ 850 bilhões até 2026.

O custo para o Tesouro tomar empréstimos do mercado crescerá cada vez mais. Os juros previstos para os próximos 10 anos já estão em 12% ao ano. As chances de crescimento derretem a olhos vistos e uma crise social prolongada se desenha no horizonte.

A amarga ironia é que justamente os pobres, que serviram de pretexto para toda essa patranha, serão os mais penalizados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É preciso coragem porque navegar é preciso (Artigo)

Simone Tebet, SENADORA (MDB-MS), É PRÉ-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Passamos pela fase mais aguda da pandemia de covid-19, que já ceifou 615 mil vidas no Brasil, mas ainda enfrentamos tormentas e águas revoltas. O presente envelheceu rápido, trazendo inflação, baixíssimo crescimento econômico, falta de emprego e renda. Trouxe descrença e semeou desesperança.

A expectativa de uma vida melhor demora a aparecer no horizonte.

Somos uma nação que em breve completará 200 anos de independência, mas que ainda sofre com problemas de séculos passados. Dentre todos, o pior é a vergonhosa fome. As nossas ruas são um espetáculo desolador de miséria e tristeza.

Como seguir adiante? Eu acredito que é preciso coragem.

Como ensinou o saudoso Dr. Ulysses Guimarães, navegar é preciso!

E navegar não é só uma licença poética. Longe disso. É preciso materializar soluções para os problemas reais, porque a imensa maioria dos brasileiros está cansada de falsas promessas e de falsos profetas.

Não podemos continuar reféns de demagogos, de extrema direita ou de esquerda.

O Brasil não quer mais o velho e ultrapassado "nós contra eles". A polarização chegou a limites inaceitáveis.

Com seus caminhos alternativos, o vírus do negacionismo se alastra. Traz descrença e medo. O povo não sabe em quem acreditar e passa a duvidar da sua maior força: o voto.

Nasci no auge da ditadura.

Cresci assistindo aos movimentos pró-redemocratização.

Foi quando comecei a navegar.

E tinha esperança!

Desde muito cedo, aprendi a importância do diálogo e da tolerância. Acredito na construção de um país onde as diferenças devam ser muito menores do que aquilo que nos une.

Não aos extremos! As brasileiras e os brasileiros são o nosso maior ativo, segundo valores de uma sociedade plural e tolerante. Eles devem ser, sim, os protagonistas de seu próprio destino. E clamam por urgência.

É nosso objetivo maior fornecer uma educação mais eficiente, mais inclusiva e mais conectada à modernidade.

Justiça, mérito e modernidade devem ser nosso norte. Isso com equilíbrio na gestão dos recursos públicos e na cobrança por mais resultados.

Devemos reforçar o Sistema Único de Saúde (SUS), nosso orgulho mundial. Valorizar as entidades filantrópicas sérias e ter mais rigor com a distribuição de recursos do setor.

É nosso dever apresentar soluções para nossa combatida economia. Elas precisam ser as mais simples e previsíveis possíveis. Aquelas que toda dona de casa sabe: não gastar mais do que se tem e gastar com o que realmente importa.

Sem medidas mirabolantes, mas procedendo com bom senso e cautela.

O Brasil já havia absorvido a responsabilidade fiscal, mas retrocedeu. Cedeu a pedaladas e a fura-tetos. O Brasil tem futuro e queremos contribuir para que isso se faça o mais rapidamente possível.

Não podemos mais esperar nem tergiversar. Defendo o setor produtivo brasileiro, pois é a produção que gera os empregos de que tanto necessitamos.

Quem acompanha a rotina do Congresso Nacional sabe da minha seriedade e do meu compromisso com o Estado Democrático de Direito. Como advogada e primeira mulher presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, agi sempre em favor do combate à corrupção, sem nunca abrir mão do direito de defesa e do respeito ao devido

processo legal.

Defendo com todo ardor a moralidade pública. Na CPI da Covid, defendi a ética, a ciência e a medicina contra o negacionismo, a falta de respeito com o dinheiro do povo e as fake news.

Antes de ser senadora da República, fui prefeita da minha cidade, deputada e vicegovernadora do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, um lugar de pioneiros e de conflitos.

Mas, sobretudo, um lugar de gente corajosa que soube trabalhar a terra e dela render seus frutos. Não tenho medo de desafios e confrontos. Sempre soube equacioná-los no respeito ao direito de todos.

O Brasil é uma nação que sempre fomentou a paz entre os povos e tentou ser exemplo mundial de proteção ambiental.

Mais recentemente, o País virou um pária, algo inadmissível.

Em vez de buscar aliados do campo democrático, nossas autoridades preferem se sentar à mesa com ditadores, defendendo regimes que atacam os direitos humanos. A democracia não é negociável!

É preciso cuidar das pessoas.

Especialmente dos jovens, cada vez mais desanimados com a realidade que se impõe sombria. Eu sei o que é ser mãe. É todo o tempo preocupar-se com o presente, com o futuro e com o sonho de cada filho e filha que nasce de dentro da gente. A felicidade deles é a nossa também.

Já percorri uma longa estrada.

Tenho experiência e me sinto preparada. O desafio de conduzir os destinos de um país com as desigualdades do Brasil é imenso, mas não é maior que o tamanho da nossa diversidade, da nossa riqueza e da nossa capacidade de acreditar e de sermos generosos.

Sou otimista e tenho fé em Deus. Por isso acredito que, com verdade e coragem, farei o máximo para representar no coração de todos uma nova esperança para o Brasi

Simone Tebet, SENADORA (MDB-MS), É PRÉ-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Esforço para recuperar o PIB per capita

BRUNO VILLA BOAS RIO

Mesmo que a economia ganhe alguma tração, a recuperação do padrão de vida dos brasileiros será lenta nos próximos anos. O **PIB** per capita - soma das riquezas produzidas pelo País dividida por seus habitantes - poderá levar, pelo menos, mais sete anos para recuperar o nível de 2013 - ano que antecedeu o início da recessão no governo Dilma Rousseff.

Na projeção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/ FGV), o **PIB** per capita deve encerrar este ano em R\$ 36.661, alta de 3,8% ante 2020. Se o cálculo se confirmar, o indicador ainda estará 1% abaixo do valor registrado em 2019 (R\$ 36.969), logo antes da pandemia de covid- 19. E também ficará 7,7% abaixo do pico histórico medido em 2013 (R\$ 39.685).

Silvia Mattos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, acredita que o indicador poderá voltar ao nível de 2013 em 2028 - 15 anos depois. Para isso, o **PIB** precisaria crescer, em média, 2,1% ao ano entre 2023 e 2028. Descontado o aumento da população, isso resultaria numa expansão de 1,5% do **PIB** per capita ao ano.

O resultado esperado para 2022 já não entra nessa conta.

É que, para o Ibre/FGV, o **PIB** do próximo ano deve crescer 0,7%, o mesmo ritmo do avanço populacional - com estabilidade no **PIB** per capita. E ainda não é possível descartar um retrocesso, diante do desajuste fiscal, **inflação** em alta e acentuada instabilidade política.

Se a riqueza gerada não cresce, o quadro se complica ainda mais diante do aumento da desigualdade social dos últimos anos. Dados do IBGE mostram que a desigualdade piorou entre 2018 e 2019. O índice de Gini, medida da desigualdade de renda domiciliar, melhorou em 2020, mas as perspectivas não são animadoras.

Mesmo com o auxílio emergencial, um em cada quatro brasileiros vive abaixo da linha da pobreza, o que correspondeu a 51 milhões de pessoas em 2020.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes adota tom de campanha para reverter expectativas

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187090

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187090